

# Hospitais federais do Rio podem passar para Educação

Fernando Exman  
e Fábio Murakawa  
De Brasília

Foco da mais recente crise envolvendo o Ministério da Saúde, a gestão dos seis hospitais federais do Rio de Janeiro pode passar para o Ministério da Educação mais precisamente, para a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebsers). É uma saída ainda em estudo pelas duas pastas em conjunto com o Palácio do Planalto e que, segundo o Valor apurou, deve demandar uma articulação também com o governo fluminense e com a Prefeitura do Rio de Janeiro.

Fontes tanto no Palácio do Planalto quanto na Saúde e no MEC confirmam, sob condição de anonimato, que existem "tratativas" para essa transferência.

No domingo (17), o programa "Fantástico", da TV Globo, mostrou a situação precária das unidades, com equipamentos quebrados, materiais vencidos e problemas na rede elétrica. A crise deturba o secretário de Atenção Especializada à Saúde, Helvécio Magalhães, e o diretor do Departamento de Gestão Hospitalar (DGH), Alexandre Felles.

Segundo o Valor apurou, o novo secretário deverá ser Adriano Masada, especialista em Administra-

ção em Saúde, professor da Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas (EAESP-FGV) e membro do FGV-Saúde. Procurado, ele não comentou até o fechamento desta edição.

No governo, os hospitais federais são vistos como um "corpo estranho" dentro da pasta da Saúde. Por sua vez, argumentam autoridades, a Ebsers já responde pela maior rede de hospitais públicos do país e suas unidades têm a função de centros de referência de média e alta complexidade do Sistema Único de Saúde (SUS).

Além disso, o remanejamento seria um gesto político para tirar a pasta da Saúde do foco. Segundo

o Valor apurou, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva também orientou a Casa Civil a dar mais atenção à gestão orçamentária da pasta. Isso porque há queixas do Centro em relação a dificuldades para destinar emendas parlamentares a prefeituras.

A pedido do presidente, haverá uma "rotina de despachos" entre a Saúde e a Casa Civil. O ministério comandado por Rui Costa ajudará a ministra Nísia Trindade em relação aos programas estratégicos, tanto na definição de prioridades como na gestão e no monitoramento. Segundo fontes, esse modelo de centralização na Casa Civil já foi adotado durante o governo

Dilma Rousseff. Lula tenta replicá-lo, no momento em que Nísia se vê fortemente pressionada. A expectativa é que a secretária-executiva da pasta, Miriam Belchior, fique à frente desse trabalho.

Lula tentará retirar Nísia da linha de fogo, em meio à cobrança do Centro por seu cargo e a críticas a ela dentro do próprio governo. Na terça-feira, o presidente reuniu-se com a ministra e todo o seu secretariado. Segundo relatos, o tom do presidente na reunião foi de oferecer ajuda, não de bronca. Lula pediu a Nísia que defendesse mais seu trabalho, em vez de se encastelar.

Lula reforçou ainda a Nísia o que já havia dito em reunião minist-

rial da última segunda-feira: ela tem autonomia para demitir quem quiser em sua equipe a fim de garantir um melhor funcionamento da pasta. Ele pediu ainda aos secretários que respaldassem o trabalho de Nísia — o PT controla secretarias estratégicas da pasta.

A ministra conta ainda com a primeira-dama Rosângela da Silva, a Janja, como uma das principais fiadoras de sua permanência na Esplanada. Na reunião ministerial de segunda-feira, após o discurso de Nísia, Janja e todas as ministras mulheres se levantaram para abraçar a titular da Saúde. O abraço foi registrado em uma fotografia que tem circulado no Planalto.

**Congresso** Votação foi simbólica; partidos preferiram versão aprovada pelo Senado, que liberou saídas para que o detento possa estudar

## Câmara aprova projeto que acaba com 'saidinhas'

Raphael Di Curto  
De Brasília

A Câmara dos Deputados aprovou nessa quarta-feira (20), em votação simbólica, projeto de lei que acaba com as saídas temporárias da prisão para condenados no regime semiaberto, as "saidinhas". O texto segue para sanção e caberá ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) decidir se veta ou valida a proposta.

O texto revoga a permissão para que presos em regime semiaberto possam sair quatro vezes por ano por até sete dias seguidos e também cinco vezes por ano, geralmente em datas comemorativas e feriados, para visitar a família, estudar fora da cadeia ou participar de atividades de ressocialização. Apenas aqueles que não cometeram crimes hediondos e apresentem bom comportamento têm direito.

A votação foi simbólica porque todos os partidos, da esquerda à direita, preferiram a versão aprovada pelo Senado para a proposta, que liberou as saídas da prisão para que o detento possa estudar em cursos profissionalizantes, de ensino médio ou superior. Caso votassem não, aprovariam a versão mais dura feita pela Câmara em 2022 e que proibia qualquer saída temporária.

O apoio de todos os partidos à versão do Senado não evitou embates em plenário. Deputados de esquerda criticaram o projeto di-

zendo que dificultará a ressocialização de presos sem contribuir com o combate à criminalidade.

Para o deputado pastor Henrique Vieira (Psol-RJ), o projeto penalizará 95% dos detentos que têm direito ao benefício por causa de crimes cometidos por 1% e destacou que crimes hediondos, como homicídio e latrocínio, não dão direito à "saidinha". "Esses 95% um dia vão sair da prisão. Não vamos pensar medidas de reintegração com a família e a sociedade? Quais as consequências desse projeto?", questionou.

Autor do projeto original, que estabelecia que os presos deveriam ser monitorados por torzeleira durante a saidinha, o deputado Pedro Paulo (PSD-RJ) criticou as alterações feitas pelo Congresso. Ele afirmou que também se indigna com crimes cometidos nas saídas temporárias, mas destacou que uma mino-

"Só ir para estudar e trabalhar não é ressocializar"  
Pedro Paulo



Derrite: para relator do projeto, saída temporária passa o sentimento de impunidade e 'prejudica combate ao crime'

faz isso — e que cabe ao Estado puni-los adequadamente. "Não existe prisão perpétua no Brasil, não existe condenação de morte nesse Brasil. Todos esses 64 mil presos que estão num sistema lotado, abarrotado, em condições sub-humanas, vão voltar para as ruas", disse. "Só ir para estudar e trabalhar não é ressocializar."

Relator do projeto, o deputado Guilherme Derrite (PL-SP) defendeu que o fim das saídas temporárias é necessário porque as estatísticas demonstram o aumento das ocorrências criminais após feriados, como Natal e dia das mães, e que 1.628 presos não voltaram à prisão em São Paulo durante a saída de fim de ano de 2021. "Esta hipótese causa a todos um sentimen-

to de impunidade sem qualquer contraprestação efetiva à sociedade, além do que prejudica o combate ao crime", afirmou.

Derrite é secretário estadual de Segurança Pública de São Paulo e deixou o cargo para retomar o mandato apenas para atuar como relator do projeto, função que ele já tinha exercido em 2022. O projeto tornou-se uma bandeira da oposição para desgastar o governo Lula (PT), que é alvo de críticas na área de segurança. Chefe de Derrite, o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), comemorou a aprovação do projeto: "Dia de vitória! [...] um passo fundamental para mitigar a reincidência e acabar com a impunidade", afirmou, em publicação na rede social X (antigo Twitter).

O governador elogiou a atuação de Derrite: "São Paulo agradece os nobres deputados federais pelo cumprimento do dever e também o brilhante trabalho do relator, Guilherme Derrite. A justiça será feita e não haverá espaço para o crime nas ruas do nosso Estado", afirmou Tarcísio.

Pressionado, o governo Lula (PT) preferiu ficar neutro na votação e não se posicionou nem contra nem a favor no plenário, com o argumento de que se trata de uma discussão do Parlamento e que não envolve o governo federal. O presidente Lula, contudo, terá que se posicionar em 15 dias, prazo que vem para decidir se sanciona ou veta o projeto. **Colaborou Cristiano Agostini, de São Paulo**

## Gás natural é mantido entre setores beneficiados pelo fundo verde

De Brasília

A Câmara dos Deputados decidiu manter o gás natural entre os setores beneficiados pelo projeto de lei do Programa de Aceleração da Transição Energética (Patet) e, com isso, concluiu a discussão da proposta nesta quarta-feira. O texto segue agora para análise do Senado Federal.

O projeto cria um "Fundo Verde" administrado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para cobrir o risco financeiro de investimentos em energias limpas, mas provocou embates no plenário pela aprovação de fontes de energia que não são renováveis. A federação Psol/Rede defendeu a exclusão de investimentos em gás natural e recebeu o apoio do governo Lula (PT) e da maioria dos partidos, com exceção do PL e Novo. Mas a exclusão foi rejeitada por 225 votos a 187.

Vice-líder do Psol, o deputado pastor Henrique Vieira (RJ) argumentou que "faz pouco ou nenhum sentido" estimular investimentos em gás natural "porque se trata de um combustível fóssil cuja consequência para o meio ambiente é gravíssima". "Tenho dúvidas e receios sobre quais são os interesses que estão por trás do combustível fóssil", disse.

O deputado Gilson Marques (Novo-SC) rebateu que a exclusão dificultaria a execução de projetos nessa área. "Não consigo entender qual é a justificativa de proibir o fundo, se for vanta-

gem a produção desse tipo de produto", afirmou.

A votação no plenário fez parte de uma longa discussão nos bastidores sobre quais setores poderiam acessar o financiamento com juros mais baixos desse programa. Relatora, a deputada Marussa Boldrin (MDB-GO) propôs o uso para recuperação de resíduos sólidos, investimentos em gás natural, pequenas centrais hidrelétricas, instalação de fontes de energia em imóveis rurais, para que acumuladores elétricos (baterias), combustíveis renováveis e armazenamento de carbono.

A única mudança aprovada em plenário foi sugerida pelo deputado Pedro Campos (PSB-PE) e permitirá que as concessionárias de distribuição de energia possam usar recursos de eficiência energética para instalar sistemas de geração de energia renovável em prédios da administração pública e de associações comunitárias sem fins lucrativos.

Por outro lado, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara aprovou no mesmo dia o projeto de lei que determina a aplicação do Código Florestal em todos os biomas brasileiros, mesmo naqueles que tenham legislação própria mais restritiva. O texto foi aprovado por 38 votos a 18, apesar dos protestos de ambientalistas e do governo.

A matéria tramita em votação conclusiva na comissão, ou seja, será encaminhada direto ao Senado se não houver recurso de

mais de 52 deputados para que precise ser discutida no plenário da Câmara. O Psol avisou que coletará assinaturas para tentar apresentar esse requerimento.

Para o advogado Maurício Guetta, do Instituto Socioambiental (ISA), o impacto do projeto será "abissal" para biomas predominantemente não florestais, como pantanal, cerrado, caatinga e pampa, e também para áreas não florestais na Amazônia e na mata atlântica. "Trata-se de proposta que pretende revogar toda a proteção da vegetação nativa não florestal, em vigor no Brasil desde 1934, liberando-a para o desmatamento generalizado em todo o país", afirmou.

Relator do projeto, o deputado Lucas Redecker (PSDB-RS) afirmou que as áreas afetadas já estão em uso pelo homem. "Estamos tratando de áreas de campo. A lei anterior disse que esta área de campo era área de preservação ambiental, sendo que é uma área que já está consolidada, já está antropizada. Não há nexo nenhum em mantermos área que é utilizada pelo homem como área proibida de utilizar para a agricultura", disse.

Os deputados ainda podiam votar na noite de quarta-feira o projeto que cria programas de conformidade tributária e aduaneira no âmbito da Receita. O relator, deputado Ricardo Ayres (Republicanos-TO), contudo, tirou do texto a parte que pune o devedor contumaz, o que causou críticas nos bastidores de integrantes do Ministério da Fazenda. (RDC)

## Reforma do ensino médio passa com acordo sobre curso técnico

De Brasília

A Câmara dos Deputados aprovou nessa quarta-feira (20) o projeto de lei do novo ensino médio. O texto estabelece a carga horária básica de disciplinas essenciais e cinco "itinerários formativos" com uma grade de matérias mais flexível, de acordo com a área de interesse do estudante. Ao todo, serão 3 mil horas de aulas em 3 anos. O texto seguiu para análise do Senado.

O grande embate entre os parlamentares e o ministro da Educação, Camilo Santana, foi em torno da carga horária do ensino técnico. O governo Lula (PT) propôs elevar a formação geral básica de 1,8 mil horas para 2,4 mil horas de todos os cursos e reduzir a carga do currículo flexível de 1,2 mil para 600 horas. A medida causou disputas entre oposição e governo.

Ministro da Educação do governo Michel Temer (MDB), quando o atual ensino médio foi elaborado, o deputado Mendonça Filho (União-PE) foi o relator do projeto do governo do PT e atuou para evitar as mudanças. Ele defendeu que o Brasil precisa ampliar os cursos profissionalizantes casados com o ensino médio. No Brasil, segundo Mendonça, apenas 8% das vagas são nesta modalidade, ante 40% na Europa.

"Pesquisas indicam que um jovem num curso técnico tem garantida, frente a quem que cursa apenas o ensino médio, uma renda adicional de 30%",

disse o ex-ministro.

No caso do ensino médio regular, houve consenso sobre ampliar a formação geral básica e diminuir a das matérias flexíveis, já no ensino técnico, a discussão arrastou-se por meses até um acordo entre Mendonça e Santana na terça-feira intermediado pelo presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), mas que acabou mudando minutos antes da votação pelo plenário.

O texto final determina que o ensino médio terá entre 2,1 mil e 2,4 mil horas de formação geral básica, a depender do tamanho do curso técnico. As aulas profissionalizantes serão de pelo menos 600 horas em 3 anos. Se ultrapassarem 900 horas, as 300 horas que "invadiriam" a grade curricular básica terão que ser de matérias "de interseção". A lista exata das aulas será definida pelo Conselho Nacional de Educação nas áreas de linguagem, matemática, ciências da natureza e ciências humanas e sociais.

A aprovação do projeto foi simbólica, com apoio de todos os partidos, com exceção do Psol. O deputado Glauber Braga (Psol-RJ) defendeu que o governo Lula tivesse enviado uma medida pro-

visória (MP) para revogar completamente a reforma do ensino médio feita na gestão Temer e disse que "é conversa fiada" que os alunos poderão escolher sua formação. "Mais de 2.900 municípios brasileiros só têm uma escola de ensino médio. Então, se o itinerário formativo foi mantido, a exclusão foi mantida", disse.

Santana acompanhou pessoalmente a discussão na Câmara. A intenção do governo é aprovar rapidamente o texto no Senado para que as redes de ensino possam se adaptar este ano.

Vice-líder do governo na Câmara, o deputado Reginaldo Lopes (PT-MG) afirmou que o resultado mostra que "o Brasil construiu um modelo para chamar de seu" para o ensino médio e que o sonho é oferecer a todos os estudantes uma formação de 4,2 mil horas como ocorre nas escolas técnicas federais. "Esta reforma leva em consideração a boa prática internacional. A ampla maioria dos países organiza o seu ensino médio, no máximo, em 950 horas", disse.

O deputado Kim Katagiri (União-SP) defendeu a grade horária flexível para tornar a escola mais atraente para os estudantes. "A maioria esmagadora dos estudantes, já comprovada por pesquisa, é a favor do ensino técnico profissionalizante porque eles querem estudar aquilo que eles têm mais aptidão, que vão exercer no mercado de trabalho ou no ensino superior", disse. (RDC)

"Jovem num curso técnico tem garantida renda adicional de 30%"  
Mendonça Filho